

## INDICADORES DE RESULTADOS EDUCACIONAIS: REFLEXÕES SOBRE DESIGUALDADES EM REDES MUNICIPAIS DE ENSINO PÚBLICO

RAIMUNDA MARIA DA CUNHA RIBEIRO  
Universidade Estadual do Piauí (UESPI), Corrente, Piauí, Brasil

---

**RESUMO:** Este estudo tem o objetivo de analisar indicadores de resultados educacionais de redes municipais de ensino público no estado do Piauí e em que medida podem denotar o forjamento de desigualdades educacionais. A metodologia empreendeu a pesquisa do tipo quantitativa, com base em levantamento de sinopses estatísticas oriundas do Censo da Educação Básica, dos resultados do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) e, também, dados oriundos do IBGE referentes a 8 municípios: 4 com IDEB mais alto e 4 com IDEB mais baixo na educação de 2023, no contexto do Piauí. Os dados nos permitem auscultar indicadores de cada município pesquisado, de tal forma, que conseguimos identificar desigualdades econômicas, sociais, político-institucionais e, sobretudo, educacionais, ali implicadas.

**PALAVRAS-CHAVE:** Governos Municipais; Políticas de Regulação; Desigualdades; Redes Públicas.

---

### INTRODUÇÃO

As políticas de avaliação da educação podem reforçar a narrativa de que é preciso conhecer a realidade das escolas como ponto de partida para a implantação de políticas educacionais, em primeira análise, para a promoção da qualidade. Todavia, cabe ressaltar que os resultados das avaliações externas aferidos por meio do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), têm classificado escolas e redes de ensino em *rankings*, cujo contexto chega a ser perverso, por pender e revelar diferentes realidades e alarmantes desigualdades educacionais. É imperativo reconhecer que “não há neutralidade nos caminhos utilizados em uma atividade avaliativa. Avalia-se para afirmar valores, ou seja, induzir mudanças em uma dada direção” (Sousa; Lopes, 2010, p. 54).

Não há, portanto, como negar que as avaliações externas imprimem resultados de aprendizagem e, a partir desses resultados, imprimem, também, diferenças relacionadas à qualidade e ao acesso dos estudantes ao sistema escolar. As desigualdades educacionais reveladas em dados oriundos das avaliações revelam, por seu turno, um modelo de sistema de ensino público quase sempre excludente e muito mais inclinado para uma qualidade padronizada.

Assim posto, destacamos o objetivo deste estudo: analisar indicadores de resultados educacionais de redes municipais de ensino público no estado do Piauí e em que medida podem denotar o forjamento de desigualdades educacionais.

A metodologia empreendeu a pesquisa do tipo quantitativa, com base em levantamentos de sinopses estatísticas oriundas do Censo da Educação Básica, dos resultados do IDEB e, também, dados oriundos do IBGE. Participaram do estudo

documental de dois conjuntos de municípios: a) municípios piauienses com IDEB mais alto na edição de 2023: Domingos Mourão (8,4), Cocal dos Alves (7,8), Demerval Lobão (7,4) e Bom Jesus (7,3); b) municípios piauienses com IDEB mais baixo na edição de 2023: Sebastião Barros (3,8), Gilbués (3,7), João Costa (3,7) e Caracol (3,5).

Para a análise dos dados nos orientamos pelos seguintes indicadores utilizados pelo Ministério da Educação no Censo da Educação Básica e, também, dados do IBGE: localização dos municípios; panorama dos municípios (área, população, densidade habitacional, IDHM, mortalidade infantil, receitas brutas, despesas brutas, PIB *per capita*); matrículas; escolarização; IDEB; indicador de docente e a adequação da formação; complexidade da gestão; indicador de esforço docente. Intentamos um esforço em compreender, a partir desses indicadores, as prováveis e possíveis denotações de forjamento de desigualdades educacionais.

Na primeira seção do artigo trazemos reflexões teóricas sobre qualidade da educação e avaliações externas e, na teia da discussão, evocamos o lugar do IDEB nas políticas de avaliação e, nos rebatimentos, as desigualdades educacionais no cenário da educação brasileira. Na segunda seção, trazemos dados empíricos apresentados em mapa e tabelas com os indicadores de resultados educacionais de redes municipais de ensino público no estado do Piauí, que serviram de base para a análise e compreensão do forjamento de desigualdades educacionais.

## **A QUALIDADE DA EDUCAÇÃO E AS AVALIAÇÕES EXTERNAS: DEUM LADO O IDEB E, DO OUTRO, AS DESIGUALDADES EDUCACIONAIS**

Na esteira das discussões sobre a qualidade da educação, estão presentes as avaliações externas como forma de expressão da qualidade das escolas e das redes de ensino. As políticas de avaliação educacional vêm ganhando visibilidade no Brasil desde a década de 1990, como um desdobramento da reforma do Estado sob a orientação dos princípios da Nova Gestão Pública e, portanto, com a reconfiguração da economia e a valorização de critérios, como eficiência, eficácia, produtividade e competências para a educação (Chirinéa, 2010). No contexto da gestão por eficiência e produtividade emerge a figura do Estado avaliador que, para atender às demandas do campo socioeconômico, institui mecanismos para aferir a qualidade da educação nas escolas e nos sistemas de ensino, cujos critérios imprimem os mesmos parâmetros de eficiência, eficácia, produtividade e competências (Chirinéa, 2010; Schneider; Nardi, 2014).

O Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB), criado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), em 1990, direciona suas ações para as avaliações externas, de modo a permitir um diagnóstico da educação básica. As medidas de desempenho dos estudantes avaliadas no âmbito do SAEB, incluindo taxas de aprovação, reprovação e evasão escolar, compõem o IDEB. Schneider e Nardi (2014) argumentam que o IDEB foi apresentado como uma ferramenta inovadora de aferição de resultados educacionais de redes de ensino e de escolas em todo o Brasil. Implica, pois, nossa compreensão sobre o quanto recai sobre o IDEB a capacidade de tradução de qualidade.

A partir dos resultados oriundos das avaliações externas, são elaborados quadros demonstrativos de índices de desempenho com informações coletadas a partir do Censo Escolar e das médias de desempenho alcançadas no SAEB. A proposta do IDEB, segundo crítica de Chirinéa (2010), considera somente os fins da educação, ou seja, os resultados das avaliações, e não seus processos, tampouco suas especificidades.

Há que se considerar, entretanto, que os resultados das avaliações apontam, dentre outros atributos, o controle e regulação da educação. Alavarse, Bravo e Machado (2013) reconhecem esse controle como uma espécie de monitoramento do funcionamento de redes de ensino e, também, favorece aos gestores subsídios para a formulação de políticas educacionais com foco nos resultados.

Os resultados das avaliações aferidos através do IDEB geram um parâmetro balizador de metas a serem atingidas, cuja finalidade reside em monitorar e avaliar o sistema de ensino e as escolas (Chirinéa; Brandão, 2015), sob a narrativa de assegurar a qualidade da educação.

Por assim dizer, a qualidade da educação e a qualificação da escola estão relacionadas à reestruturação capitalista e à lógica da produtividade, princípios da Nova Gestão Pública. Em Chirinéa e Brandão (2015) temos o claro entendimento de que é preciso investir na qualificação dos sistemas de ensino para atender às demandas da sociedade globalizada e tecnológica, formar cidadãos capacitados para atender às necessidades emanadas pelo mercado. Portanto, a busca da qualidade educacional, como está posta, está muito mais ligada ao desenvolvimento econômico que, propriamente, ao desenvolvimento social e cultural da sociedade.

Pela via do entendimento de Barroso (2005), cria-se, por intermédio dos sistemas avaliativos, modos de coordenação dos sistemas de ensino por meio de regras de funcionamento e, também, de ajustamento e controle das ações dos diversos atores, dos currículos e da organização da gestão, resultando interações de diferentes reguladores, desencadeando, em alta medida, no modelo de gestão da educação baseado em resultados. Por este viés, a gestão por resultados é configurada como uma gestão científica, delineada por uma visão burocrática e tecnicista de escola, com ênfase em uma escola supostamente neutra, objetiva, racional e controlada (Silva; Gomes, 2018).

Assim posto, diante das desigualdades entre redes de ensino, destacamos a qualidade da educação básica balizada pelas notas obtidas no IDEB. Nossas reflexões vão na direção de indagar quais condições possibilitam alta média no IDEB ou quase um desvio padrão abaixo da média, a considerar um conjunto de municípios ou a média nacional. Argumentos de Padilha *et al.* (2012), por exemplo, nos chamam a atenção de que, paradoxalmente, ao utilizar o IDEB como um sinalizador da qualidade educacional, é possível constatar, primeiramente, uma reprodução das desigualdades regionais históricas encontradas em outros indicadores socioeconômicos. Implica considerar que o Índice serve para acompanhar avanços e retrocessos da qualidade educacional, balizados por metas padronizadas e preestabelecidas, o que tem suscitado debates sobre o tipo de políticas de responsabilização que o indicador engendra. Além do mais, o IDEB coloca o foco em resultados finalísticos, que, por vezes, não consideram as condições que propiciam a obtenção de tais resultados, ou seja, indicam o que se considera válido em termos de resultados escolares. Por assim dizer, os resultados de desempenho dos estudantes aferidos por meio do IDEB podem indicar um nível de

qualidade obtida ao custo do aumento da desigualdade entre grupos de alunos, entre escolas e entre redes (Alves; Soares, 2013; Sousa; Lopes, 2010).

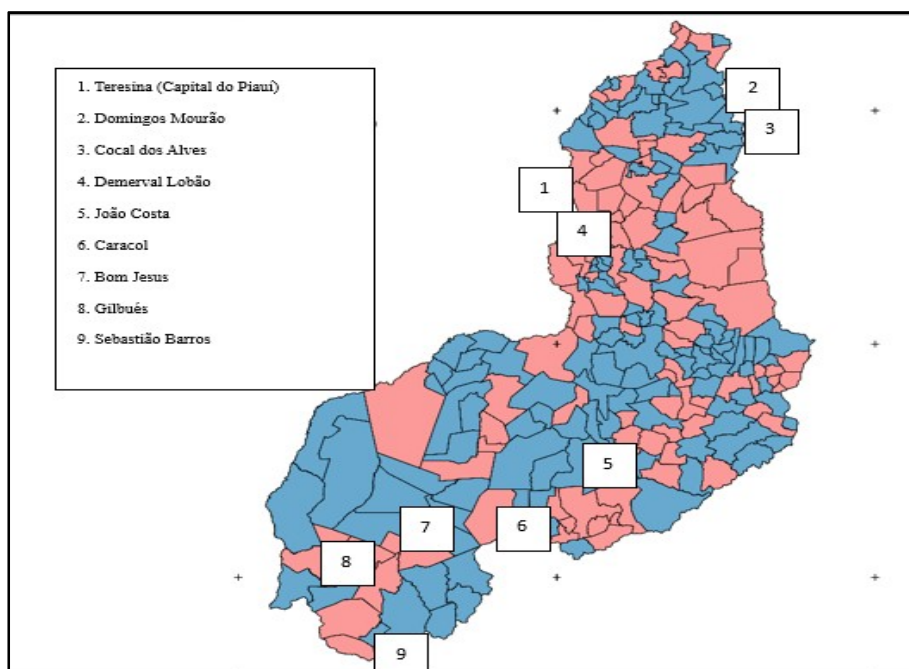
### ANÁLISE E DISCUSSÃO DE INDICADORES DE RESULTADOS EDUCACIONAIS

Esta seção apresenta os resultados empíricos, cuja finalidade reside em traçar comparativos entre municípios piauienses com alto nível e, também, com baixo nível revelados mediante alguns indicadores, a saber: localização dos municípios; panorama dos municípios (área, população, densidade habitacional, IDHM, mortalidade infantil, receitas brutas, despesas brutas, PIB *per capita*); matrículas; escolarização; IDEB; indicador de docente e a adequação da formação; complexidade da gestão; indicador de esforço docente.

Reconhecemos, pois, que as categorias analisadas não se esgotam na teia desta discussão, mas nos possibilitam, em alguma medida, uma compreensão acerca de desigualdades entre redes municipais de ensino público no Estado do Piauí, considerando, sobretudo o IDEB como principal critério para avaliá-las.

O mapa a seguir indica quais são os municípios contemplados no estudo e a respectiva localização no espaço geográfico piauiense.

**Figura 1** – Localização dos municípios pesquisados no estado do Piauí



Fonte: A autora.

A localização dos municípios pesquisados no mapa do Piauí nos possibilita tecer as seguintes constatações: dos 4 municípios com IDEB mais alto, 3 se aproximam da capital Teresina; Domingos Mourão está localizado a 227,4 km, Cocal dos Alves, localizado a 281,8 km, Demerval Lobão, localizado a 39 km. Bom Jesus, que está nesse conjunto, está localizado a 556 km. No grupo dos 4 municípios que apresentam IDEB mais baixo, estão localizados na parte sul do estado do Piauí: João Costa, está a 485,1 km, Caracol está a 607,5 km, Gilbués está a 768 km, Sebastião Barros está 918,4 km. De posse desses dados podemos afirmar, em parte, que a localização é fator a ser considerado para entender as desigualdades educacionais existentes nos municípios pesquisados.

Em relação à opção político-institucional desses municípios, destacamos: do conjunto dos municípios com IDEB mais alto, 3 têm sistema próprio de ensino (Domingos Mourão, Demerval Lobão e Bom Jesus), sendo Cocal dos Alves a exceção, ainda vinculado à Secretaria de Estado de Educação e Cultura (Seduc-PI) e as decisões oriundas do Conselho Estadual de Educação (CEE-PI) em relação à gestão das políticas educacionais locais. Do conjunto dos municípios com IDEB mais baixo, 3 não têm sistema próprio de ensino (João Costa, Caracol e Sebastião Barros), sendo Gilbués a exceção.

A legislação de criação do sistema de ensino nos municípios pesquisados traz elementos que indicam a opção política dos municípios sobre o que empreendem como gestão do ensino público. Trazemos alguns desses elementos: a) a gestão do ensino público no âmbito municipal é democrática; b) o princípio da gestão democrática ancora-se: na participação de espaços e mecanismos constituintes da gestão educacional; transparência nos mecanismos pedagógicos, administrativos e financeiros; respeito à autonomia da organização de pais, professores, servidores e estudantes; otimização dos recursos públicos na sua distribuição e aplicação; progressivos graus de autonomia pedagógica, administrativa e de gestão financeira; c) os espaços de participação compreendem: o Conselho Municipal de Educação; Conselhos Escolares; Conferência Municipal de Educação; d) os mecanismos de participação compreendem: eleição para os dirigentes escolares; Projeto Político-Pedagógico; Plano Municipal de Educação; Regimentos Escolares.

É imperativo reconhecer que a institucionalização de sistemas municipais de ensino não é garantia absoluta da materialização da gestão democrática, tampouco garantia de efetiva qualidade da educação. No entanto, ressaltamos que a criação do sistema municipal de ensino é um avanço para a gestão educacional, principalmente, pela declaração legal do princípio da participação nas políticas educacionais, com vistas à superação das desigualdades educacionais, uma vez que a participação e o sentimento de pertença são indicadores de relevo para a qualidade do ensino público.

**Tabela 1** – Panorama de cada município pesquisado – Censo de 2022

Municípios	Dados dos municípios							
	Área km <sup>2</sup>	População	Densidade hab/km	IDHM	Mort. Infantil	Receitas brutas R\$	Despesas brutas R\$	PIB per capita R\$
<b>Maior Ideb</b>								
Domingos Mourão	848,705	4.075	4,80	0,550	19,23	33.074.336,90	30.026.556,77	10.692,03

Continua...

Cocal dos Alves	324,856	6.386	19,66	0,498	Índice não informado	30.722.108,05	28.312.229,45	9.216,79
Demerval Lobão	216,807	16.352	75,42	0,618	3,98	94.056.218,14	89.773.496,88	15.267,54
Bom Jesus	2.816,604	18.005	6,39	0,589	8,4	94.244.962,19	88.054.011,93	14.134,87
<b>Menor Ideb</b>								
Sebastião Barros	893,488	3.202	3,58	0,536	Índice não informado	32.601.608,48	29.778.551,03	13.602,93
Gilbués	3.495,692	10.892	3,12	0,548	11,98	73.100.179,93	65.356.494,18	38.969,38
João Costa	1.800,230	2.970	1,65	0,561	Índice não informado	29.490.286,23	29.085.335,63	23.073,1
Caracol	1.610,959	10.318	6,40	0,552	6,94	49.378.099,91	45.241.335,92	8.855,03

Fonte: IBGE (2022).

A tabela nos apresenta dados os quais nos possibilitam tecer as seguintes análises: a) os municípios que aparecem com o melhor IDEB têm área territorial (km<sup>2</sup>) menor, com exceção de Bom Jesus; b) quanto às variáveis população e densidade demográfica, os dados não indicam haver relação direta entre o número de pessoas residentes no município e o indicador IDEB; c) o IDHM quanto mais perto de 1 maior é o desenvolvimento humano do município, e do conjunto, apenas Cocal dos Alves está abaixo de 5, sendo o segundo IDEB do Estado; d) em quatro variáveis os dados não demonstram haver relação direta com o IDEB: mortalidade infantil, despesas brutas, receitas brutas e PIB *per capita*. Nossas análises apontam para o reconhecimento de que, nem sempre, o panorama com indicadores socioeconômicos responde por si só sobre as desigualdades educacionais refletidas por meio do IDEB de redes municipais de ensino público.

Os dados apresentados em pesquisa de Travitzki, Ferrão e Couto (2016) sugerem que os avanços educacionais podem ser sensíveis a fatores de diferenciação de desempenho de natureza socioespacial. As desigualdades educacionais colocam em questão a eficácia das políticas públicas e dos sistemas de ensino como instrumentos de promoção da igualdade de oportunidade e das mobilidades educacional e social, reconhecem os autores. Nossas lentes, no entanto, voltam-se para reconhecer que o desenvolvimento educacional é ponto crucial para elevar a qualidade de vida e da educação da população.

Na próxima tabela analisamos a categoria número de matrículas da Educação Básica dos municípios pesquisados, sob o ano de referência 2023, de modo a perceber se há relação entre o IDEB e o número de matrículas de cada município.

**Tabela 2** – Número de Matrículas da Educação Básica, dos municípios pesquisados– 2023

Número de matrículas da Educação Básica							
Municípios	Educação Infantil		Ensino Fundamental		Ensino Médio Propedêutico	E M Integrado	Total
	Creche	Pré-escola	Anos Iniciais	Anos Finais			
<b>Maior Ideb</b>							

Continua...

RIBEIRO, R. M da C.

Domingos Mourão	144	151	337	348	176	---	<b>1.556</b>
Cocal dos Alves	117	207	485	378	152	---	<b>1.339</b>
Demerval Lobão	444	556	1.303	691	333	358	<b>3.685</b>
Bom Jesus	658	1.174	2.071	1.687	1.599	88	<b>7.277</b>
<b>Menor Ideb</b>							
Sebastião Barros	56	144	367	328	160	---	<b>1.055</b>
Gilbués	225	366	1.240	838	228	171	<b>3.068</b>
João Costa	37	86	217	192	127	---	<b>659</b>
Caracol	429	405	1.012	643	310	---	<b>2.799</b>

**Fonte:** Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (2023b).

Outra categoria que consideramos oportuna para esta análise diz respeito ao número de matrículas da Educação Básica de cada município pesquisado para, assim, poder inferir acerca da relação ou não com os resultados educacionais cotejados por meio do IDEB. Os municípios com maior número de matrículas são os que têm maior IDEB entre os pesquisados, ressalvando Gilbués e Caracol como as exceções na tabela. Nem sempre essa relação é direta. Estudo realizado por Gouveia, Souza e Tavares (2009), sobre o IDEB e as políticas educacionais na região metropolitana de Curitiba, aponta que não há relação entre o índice e a taxa de crescimento da matrícula. O estudo indica, entretanto, que o IDEB tem relação forte com os indicadores de desigualdade social, podendo, inclusive, inclinar para a reprodução de exclusões sociais no âmbito educacional.

A avaliação externa vem se destacando no cenário educacional brasileiro como principal mecanismo de aferição da qualidade da educação. Governos de todas as esferas administrativas voltam suas lentes mais para os resultados que propriamente para estratégias de superação das desigualdades educacionais, muitas vezes utilizados para monitorar, controlar e regular sistemas de ensino.

A tabela a seguir apresenta um panorama da escolarização e do IDEB dos municípios pesquisados, de modo que possamos considerar ou não se há uma relação direta entre uma categoria e outra.

**Tabela 3** – Panorama de cada município: Escolarização (Censo 2022) e IDEB (2023)

Município	Escolarização 6 a 14 anos	IDEB – 2023
<b>Municípios com alto IDEB</b>		
Domingos Mourão	95,8%	8,4
Cocal dos Alves	96,3%	7,8
Demerval Lobão	97,9%	7,4
Bom Jesus	94,8%	7,3
<b>Municípios com baixo IDEB</b>		
Sebastião Barros	99,3%	3,8
Gilbués	93,7%	3,7
João Costa	96,9%	3,7
Caracol	96,6%	3,5

**Fonte:** IBGE (2022).

Os dados da tabela não demonstram uma relação direta entre escolarização e IDEB, mas a partir dos dados intentamos trazer algumas reflexões para nossa discussão, tendo como foco as desigualdades demonstradas entre os municípios pesquisados.

A taxa de escolarização considera a percentagem dos estudantes de um grupo etário, no caso específico, de 6 a 14 anos, em relação ao total de pessoas do mesmo grupo etário. Partindo desse ponto, não podemos afirmar que há uma relação direta entre escolarização e IDEB das redes pesquisadas, portanto, as desigualdades educacionais expressas na tabela, a partir do índice, não podem ser finalisticamente postas como determinantes nessa relação. No entanto, um estudo realizado por Travitzki, Ferrão e Couto (2016), sobre desigualdades educacionais, pontua que a igualdade de oportunidades na aprendizagem tem considerado o impacto da expansão da escolarização nas desigualdades e nos resultados escolares.

A próxima tabela traz o indicador de adequação de formação docente à disciplina ministrada, cujos dados são oriundos da Sinopse Estatística do ano 2023.

**Tabela 4** – Percentual de docentes por grupo de indicador de adequação de formação docente à disciplina que leciona nos municípios pesquisados (rede municipal: Educação Infantil e Ensino Fundamental) – ano 2023

Município	Educação Infantil					Ensino Fundamental – Anos Iniciais					Ensino Fundamental – Anos Finais				
	1	2	3	4	5	1	2	3	4	5	1	2	3	4	5
<b>Maior Ideb</b>															
Domingos Mourão	78,1	0,0	21,9	0,0	0,0	64,3	0,0	37,7	0,0	0,0	36,0	0,0	60,9	3,1	0,0
Cocal dos Alves	70,0	0,0	20,0	10,0	0,0	75,5	0,5	18,8	5,2	0,0	54,5	7,6	31,8	6,1	0,0
Demerval Lobão	82,9	0,0	2,4	0,0	14,7	85,8	0,0	8,9	0,0	5,3	48,8	1,9	46,1	0,0	3,2
Bom Jesus	63,3	0,0	28,5	0,0	8,2	79,2	0,0	10,5	0,0	10,3	40,7	0,7	51,3	1,6	5,7
<b>Menor Ideb</b>															
Sebastião Barros	63,0	0,0	6,3	0,0	87,4	20,8	0,0	5,1	0,8	73,3	27,6	0,0	31,6	0,6	40,2
Gilbués	51,6	0,0	3,1	0,0	45,3	56,5	0,0	16,1	0,0	27,4	21,6	0,2	45,5	0,0	32,7
João Costa	29,4	0,0	0,0	0,0	70,6	48,1	0,0	30,8	0,0	21,1	61,1	0,0	26,4	0,0	12,5
Caracol	39,7	0,0	12,7	0,0	47,6	42,1	2,9	20,6	0,0	34,4	49,1	1,4	36,5	0,0	13,0

**Fonte:** Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (2023a).

A análise dos dados segue o indicador de adequação de formação docente estabelecido pelo Ministério da Educação/Inep em Nota explicativa, classificando os professores em grupos com variação de 1 a 5: 1) docentes com formação superior de licenciatura na mesma área da disciplina que leciona; 2) docentes com formação superior de bacharelado na mesma área da disciplina que leciona; 3) docentes com formação superior de licenciatura em área diferente daquela que leciona; 4) docentes com formação superior não considerada nas categorias anteriores; 5) docentes sem formação superior.

Os dados indicam, portanto, que o maior percentual de docentes em formação superior de licenciatura na mesma área está entre os municípios com IDEB mais alto nas



modalidades Educação Infantil e Ensino Fundamental Anos Iniciais. Quanto ao Ensino Fundamental Anos Finais, considerando o mesmo grupo de professores, a exceção está com o município João Costa, com percentual de 61,1%, o mais alto no conjunto dos municípios. Docentes com formação superior em área diferente daquela que leciona é uma subcategoria que não indica haver uma relação direta com o resultado no IDEB. A subcategoria docente sem formação superior, por seu turno, nos traz os seguintes indicativos: os municípios com o melhor IDEB apresentam percentual mais baixo de docentes sem formação superior na modalidade Educação Infantil; já no Ensino Fundamental esta relação não se estabelece de forma tão direta.

Complementando nossa análise, pontuamos um estudo realizado por Carmo, Filho, Rocha e Silva (2014) sobre a relação entre o desempenho escolar e o indicador de adequação na formação docente, ou seja, a associação entre a formação acadêmica do professor e a disciplina por ele lecionada. Os dados realçam que a política de adequação entre a formação docente e a disciplina ministrada tende a render resultados positivos sobre a proficiência dos estudantes. Entendemos, pois, haver uma relação direta entre a adequação da formação do professor com a disciplina e o desempenho dos estudantes aferido pelo IDEB. Nesse sentido, realçamos que a oferta de políticas públicas de formação de professores com qualidade é fator fundamental para a melhoria da qualidade da Educação Básica, potencializada no incremento dos resultados das avaliações externas (Silva; Cerce; Brito, 2019) e, nessa direção, potencializa a superação das desigualdades educacionais apontadas pelo IDEB.

A próxima tabela apresenta dados sobre o percentual de docentes por níveis de indicador de esforço, referente, no intento de compreender se há relação com os resultados do IDEB.

**Tabela 5** – Percentual de docentes por níveis de indicador de esforço docente– ano 2023

Município	Anos Iniciais					
	Nível 1 %	Nível 2 %	Nível 3 %	Nível 4 %	Nível 5 %	Nível 6 %
<b>Maior Ideb</b>						
Domingos Mourão	22,4	22,4	42,9	8,2	4,1	0,0
Cocal dos Alves	35,7	9,5	19,0	26,2	4,8	4,8
Demerval Lobão	28,7	13,0	29,6	19,1	7,0	2,6
Bom Jesus	5,1	30,3	38,2	17,4	6,2	2,8
<b>Menor Ideb</b>						
Sebastião Barros	18,1	31,1	26,2	19,7	3,3	1,6
Gilbués	31,2	35,9	6,9	17,6	5,3	3,1
João Costa	8,3	4,2	45,8	29,2	8,3	4,2
Caracol	11,8	43,0	32,3	8,6	4,3	0,0

**Fonte:** Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (2023b).

A análise parte das definições em Nota do Ministério da Educação/Inep, que classifica o docente em níveis de 1 a 6 de acordo com o esforço empreendido no exercício da profissão: níveis mais elevados indicam maior esforço.

Nível 1, os docentes têm até 25 alunos e atuam em um único turno, escola e etapa. Os municípios com o IDEB mais elevado têm a partir de 22% dos professores neste nível, com exceção de Bom Jesus, com apenas 5,1%; entre os municípios com IDEB mais baixo, a exceção está no município de Gilbués, com 31,2% dos docentes neste nível. O indicador esforço docente nos permite dizer que quanto menos o docente se esforçar

mais a rede tem possibilidade de lograr êxitos nas notas das avaliações externas, logo, destacar-se no resultado do IDEB. A concentração dos docentes dos municípios pesquisados varia entre os níveis 1 a 5. Docentes no nível 6 de esforço – em geral, com mais de 400 alunos, atuando em 3 turnos, em duas ou três escolas e em duas ou 3 etapas – têm percentual reduzido em todos os municípios. Realçamos, por um lado, o município de Domingos Mourão, com IDEB mais alto e, por outro lado, o município de Caracol, com IDEB mais baixo, ambos com 0,0% dos docentes no nível 6.

Nossa análise vai ao sentido de reconhecer que o esforço docente em nível mais elevado apresenta um cenário desfavorável para a melhoria da qualidade da educação, tendo em vista que a sobrecarga de trabalho está relacionada à qualidade da atuação do professor e, conseqüentemente, à aprendizagem (Garcia; Brito, 2022). Convém imprimir que o esforço docente elevado, por comprometer a qualidade da educação, é um potencializador das desigualdades educacionais entre escolas e redes de ensino. É oportuno pontuar que a redução de carga horária e de deslocamento dos professores, além da quantidade de turmas e de alunos por turma pode contribuir para reduzir o esforço docente, logo, possibilitar melhores condições de trabalho, melhores índices e diminuição das desigualdades educacionais.

A próxima tabela apresenta o percentual de escolas por níveis de complexidade de gestão, categoria de análise nessa discussão.

**Tabela 6** – Percentual de escolas por nível de indicador de complexidade de gestão – ano 2023

Município	Nível 1%	Nível 2%	Nível 3%	Nível 4%	Nível 5%	Nível 6%
<b>Maior Ideb</b>						
Domingos Mourão	50,0	50,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Cocal dos Alves	40,0	50,0	0,0	10,0	0,0	0,0
Demerval Lobão	50,0	40,0	0,0	10,0	0,0	0,0
Bom Jesus	41,2	41,2	5,9	11,7	0,0	0,0
<b>Menor Ideb</b>						
Sebastião Barros	37,5	50,0	0,0	12,5	0,0	0,0
Gilbués	50,0	30,8	15,4	0,0	3,8	0,0
João Costa	0,0	66,7	33,3	0,0	0,0	0,0
Caracol	64,7	0,0	0,0	35,3	0,0	0,0

**Fonte:** Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (2023b).

A tabela faz referência ao indicador de complexidade de gestão de 1 a 6, de modo que podemos identificar que níveis mais elevados indicam maior complexidade. De acordo com o Censo da Educação Básica, a complexidade de gestão está relacionada às seguintes características: porte da escola, número de turnos de funcionamento, quantidade e complexidade de modalidades oferecidas.

Nossa análise segue a caracterização dos níveis de ensino de acordo com a Nota do Inep, publicizada no *site*, a qual pode ser localizada no mesmo *link* da fonte da Tabela, com base nos dados disponíveis do Censo da Educação Básica.

Nenhum município pesquisado se encontra no nível 6 de complexidade de gestão, ou seja, não possuem escolas com porte superior a 500 matrículas, funcionando em 3 turnos e com oferta de 4 ou mais etapas de ensino. Nível 5 indica que a escola

possui porte entre 150 e 1.000 matrículas, em 3 turnos de funcionamento, com oferta de 2 ou 3 etapas de ensino. A exceção para este nível fica com o município de Gilbués, com 3,8% das escolas com este perfil de complexidade de gestão. Os municípios com IDEB mais alto possuem escolas alocadas nos níveis 1 e 2, respectivamente: escolas que possuem porte inferior a 50 matrículas, funcionam em único turno, ofertam uma única etapa de ensino e apresentam a Educação Infantil e Ensino Fundamental Anos Iniciais como a etapa mais elevada; escolas que possuem porte entre 50 e 300 matrículas, funcionam em dois turnos e ofertam até 2 etapas de ensino. A exceção aqui está no município de João Costa, com percentual de 66,7% das escolas da rede neste nível de complexidade de gestão, alocado no conjunto de municípios com IDEB mais baixo.

Podemos, então, inferir que quanto mais o nível de complexidade de gestão se eleva, mais a escola enfrenta desafios de organização e funcionamento da gestão, bem como a organização e funcionamento dos processos pedagógicos, o que nos leva a acreditar que quanto mais alto o nível, mas baixo o IDEB, ainda que não possamos afirmar a existência de uma relação direta entre o nível de complexidade e o indicador IDEB referente à rede de ensino neste estudo especificamente.

Intentamos reconhecer que estrutura física, equipamentos e conservação do prédio escolar também importa para os resultados das avaliações (Alves; Soares, 2013). É oportuno imprimir, segundo os autores, que o tamanho da escola, medido pelo número de alunos, também importa para os resultados das avaliações. Alunos que estudam em escolas grandes tendem a ter desempenho inferior se comparado com alunos que estudam em escolas menores ou de tamanho moderado (Lee, 2008). Implica dizer que escolas que ofertam diferentes níveis e modalidades de ensino são mais complexas porque necessitam de mais espaço físico, mobiliários, equipamentos adaptados aos alunos de diferentes faixas etárias e necessidades específicas, bem como maior número de profissionais. Assim, inferimos que, quanto mais elevado for o nível de complexidade da gestão escolar, mais elevado será o impacto no nível de desempenho do estudante e, no rebatimento, podem emergir as desigualdades educacionais.

Em síntese, relacionamos duas pesquisas, das quais extraímos considerações pontuais, que nos chamam à reflexão sobre a temática em estudo. Pesquisa realizada por Bof, Rodrigues e Oliveira (2023), sobre a qualidade da educação básica, dentre outras conclusões, acentua que a principal crítica destacada para o IDEB na relação com a qualidade está na sua incapacidade em diagnosticar parte das discrepâncias dos estudantes no âmbito do sistema educacional brasileiro. Nessa direção está uma pesquisa realizada por Medeiros e Sudbrack (2022) a respeito de políticas educacionais, na qual destacam que políticas educacionais, ao serem impostas por outros organismos, acabam corroborando com as desigualdades educacionais. Não nos furtamos, pois, de reconhecer que, se por um lado, os resultados das avaliações servem para direcionar políticas educacionais para a qualidade da educação, por outro lado, têm servido para ranquear escolas e redes e tornar numericamente mais visíveis as desigualdades educacionais, como aponta o recorte deste estudo.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Este estudo partiu do objetivo de analisar indicadores de resultados em oito redes municipais de ensino no Estado do Piauí. Para a compreensão do forjamento das

desigualdades educacionais nos municípios pesquisados, encampamos algumas reflexões de ordem teórica: o conceito de qualidade educacional; o papel das avaliações externas e seus rebatimentos; o lugar do IDEB nas políticas de avaliação; o que são e as principais alocações das desigualdades educacionais.

Nossos achados nos indicam algumas considerações que julgamos oportuno destacar: os indicadores do Censo da Educação Básica nos auxiliam, de modo geral, na compreensão das realidades das redes de ensino e, de modo particular, nos auxiliam no conhecimento relativo às desigualdades educacionais visualizadas a partir da publicização dos resultados das avaliações externas (desempenho do estudante no censo escolar). Sabemos que os resultados podem e devem ser utilizados para retroalimentação de políticas de melhoria da qualidade da educação. No entanto, o raqueamento de redes e escolas tem servido de gatilho para responsabilizar gestores e professores e revelar desigualdades educacionais, mesmo entre escolas da mesma rede.

Por assim dizer, que seja compromisso das políticas educacionais e, sobretudo, das políticas de avaliação, o pressuposto de que tais políticas sejam para formar o estudante cidadão e humano e, não apenas, o estudante capital humano. A formação para a competitividade e meritocracia serve sobremaneira para forjar e acentuar as desigualdades educacionais e favorecer a criação de barreiras de acesso ao sistema de ensino e de formas de exclusão.

Artigo recebido em: 26/09/2024

Aprovado para publicação em: 04/12/2024

---

#### EDUCATIONAL RESULTS INDICATORS: REFLECTIONS ON INEQUALITIES IN MUNICIPAL PUBLIC EDUCATION NETWORKS

**ABSTRACT:** This study aims to analyze educational outcome indicators of municipal public education networks in the state of Piauí and, to what extent, they may denote the forging of educational inequalities. The methodology used was quantitative research, based on a survey of statistical from the Basic Education Census, the results of the Ideb, and also data from the IBGE for 8 municipalities: 4 with the highest Ideb (Basic Education Development Index) and 4 with the lowest Ideb in education in 2023, in the context of Piauí. The data allow us to listen to indicators from each municipality surveyed, in such a way that we can identify economic, social, political-institutional and, above all, educational inequalities involved.

**KEYWORDS:** Municipal Governments; Regulatory Policies; Inequalities; Public Networks.

---

RIBEIRO, R. M da C.

## INDICADORES DE RESULTADOS EDUCATIVOS: REFLEXIONES SOBRE LAS DESIGUALDADES EN LAS REDES MUNICIPALES DE EDUCACIÓN PÚBLICA

**RESUMEN:** Este estudio tiene como objetivo analizar indicadores de resultados educativos de las redes municipales de educación pública del estado de Piauí y, en qué medida, pueden denotar la forja de desigualdades educativas. La metodología emprendió la investigación cuantitativa, basada en levantamiento de sinopsis estadísticas del Censo de Educación Básica, resultados del Índice de Desarrollo de la Educación Básica (Ideb) y también datos del IBGE referentes a 8 municipios: 4 con Ideb más alto y 4 con Ideb más bajo en educación en 2023, en el contexto de Piauí. Los datos nos permiten escuchar indicadores de cada municipio investigado, de tal manera que podemos identificar las desigualdades económicas, sociales, político-institucionales y, sobre todo, educativas que allí involucran.

**PALABRAS CLAVE:** Gobiernos Municipales; Políticas de Regulación; Desigualdades; Redes Públicas.

---

## REFERÊNCIAS

ALAVARSE, O. M.; BRAVO, M. H.; MACHADO, C. Avaliações externas e qualidade na educação básica: articulações e tendências. **Est. Aval. Educ.**, São Paulo, v. 24, n. 54, p. 12-31, jan./abr. 2013.

ALVES, M. T. G.; SOARES, J. F. Contexto escolar e indicadores educacionais: condições desiguais para a efetivação de uma política de avaliação educacional. **Educação Pesquisa**, São Paulo, v. 39, n. 1, p. 177-194, jan./mar. 2013.

BARROSO, J. O Estado, a educação e a regulação das políticas públicas. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 26, n. 92, p. 725-751, 2005.

BOF, A. M.; RODRIGUES, C. G.; OLIVEIRA, A. S. Melhoria da qualidade da educação básica e superação das desigualdades educacionais: aprimoramentos para o novo Plano Nacional de Educação. **Cadernos de Estudos e Pesquisas em Políticas Educacionais**, n. 8, p. 81-111, 2023.

CARMO, E. F.; FILHO, D. B. F.; ROCHA, E. C.; SILVA, L. E. C. Um estudo da relação entre a adequação na formação docente e o desempenho escolar no Ensino Médio regular. **Educação e Fronteiras On-Line**, Dourados, v.4, n.12, p.24-37, set./dez. 2014.

CHIRINÉA, A. M.; BRANDÃO, C. F. O IDEB como política de regulação do Estado e legitimação da qualidade: em busca de significados. **Ensaio: aval. pol. públ. Educ.**, Rio de Janeiro, v. 23, n. 87, p. 461-484, abr./jun. 2015.

CHIRINÉA, A. M. **O índice de desenvolvimento da educação básica (IDEB) e as dimensões associadas à qualidade da educação na escola pública municipal**. 2010.

121 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Faculdade de Filosofia e Ciências, Marília, 2010.

GARCIA, P. S.; BRITO, C. A. F. Indicadores educacionais atrelados ao professor. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, Araraquara, p. 0498-0520, jan./mar. 2022.

GOUVEIA, A. B.; SOUZA, A. R. de; TAVARES, T. M. O Ideb e as políticas educacionais na região metropolitana de Curitiba. **Estudos em Avaliação Educacional**, São Paulo, v. 20, n. 42, p. 45-57, 2009. DOI: 10.18222/ea204220092058. Disponível em: <https://publicacoes.fcc.org.br/ea204220092058>. Acesso em: 26 set. 2024.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Panorama – Censo 2022**. 2022. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/pi>. Acesso em: 8 set. 2024.

INEP. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Ideb 2023**. 2023a. Disponível em <https://www.gov.br/inep/pt-br/relatorio-anual-de-atividades-e-gestao-do-inep-2023/pesquisas-estatisticas-e-indicadores-educacionais/ideb-indice-de-desenvolvimento-da-educacao-basica>. Acesso em: 15 set. 2024.

INEP. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Resultados do Censo Escolar 2023**. 2023b. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/assuntos/resultados-do-censo-escolar-2023>. Acesso em: 15 set. 2024.

LEE, V. Utilização e modelos hierárquicos lineares para estudar contextos sociais. *In*: BROOKE, N.; SOARES, J. F. (ed.). **Pesquisa em eficácia escolar: origem e trajetórias**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008. p. 273-298.

MEDEIROS, E. B. de O.; SUDBRACK, E. M. IDEB: representações docentes sobre autonomia. **Jornal de Políticas Educacionais**, v. 16, e87314, set. 2022.

PADILHA, F. *et al.* As regularidades e exceções no desempenho do Ideb dos municípios. **Estudos em Avaliação Educacional**, São Paulo, v. 23, n. 51, p. 58-81, 2012.

SCHNEIDER, M. P.; NARDI, E. L. O IDEB e a construção de um modelo de *accountability* na educação básica brasileira. **Revista Portuguesa de Educação**, v. 27, n. 1, p. 7-28, 2014.

SILVA, A. L.; GOMES, A. M. Avaliação educacional: concepções e embates teóricos. **Estudo Aval. Educ.**, São Paulo, v. 29, n. 71, p. 350-384, maio/ago. 2018.

SILVA, M. C. M. da; CERCE, L. M. R.; BRITO, R. O. de. Estudo das Políticas Públicas de Formação de Professores Associado aos Resultados do IDEB dos Estados do Ceará e Maranhão. **Jornal de Políticas Educacionais**, v. 13, n. 38, p. 1-27, 2019.

RIBEIRO, R. M da C.

SOUSA, S. Z.; LOPES, V. V. A avaliação nas políticas atuais reitera desigualdades. **Revista Adusp**, Dossiê Educação, p. 53-59, jan. 2010.

TRAVITZKI, R.; FERRÃO, M. E.; COUTO, A. P. Desigualdades Educacionais e Socioeconômicas na População Brasileira Pré-Universitária: Uma Visão a Partir da Análise de Dados do ENEM. **Arquivos Analíticos de Políticas Educativas**, v. 24, n. 74, p. 1-36, 2016.

---

RAIMUNDA MARIA DA CUNHA RIBEIRO: Doutora em Educação pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). Realizou estágio pós-doutoral no PPGED na Universidade do Oeste de Santa Catarina. Professora da Universidade Estadual do Piauí, Campus Jesualdo Cavalcanti, Corrente-PI, no curso de Pedagogia. Coordena o Grupo de Estudos e Pesquisas Educacionais (GREPE). Pesquisa temas no campo da gestão, tanto na educação básica quanto na educação superior.

Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-6196-731X>

E-mail: [raimundamaria@cte.uespi.br](mailto:raimundamaria@cte.uespi.br)

---

Este periódico utiliza a licença *Creative Commons Attribution* 3.0, para periódicos de acesso aberto (*Open Archives Initiative - OAI*).